U.PORTO

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA DO COMPORTAMENTO DESVIANTE E DA JUSTIÇA

PSICOLOGIA

Desejos, Intenções e Perceções Parentais: Comparação Exploratória entre Pessoas Transgénero e Pessoas Cisgénero

Vanessa Pinto Monteiro

M

2020

Universidade do Porto

Faculdade de Psicologia e de Ciência da Educação

DESEJOS, INTENÇÕES E PERCEÇÕES PARENTAIS: COMPARAÇÃO EXPLORATÓRIA ENTRE PESSOAS TRANSGÉNERO E PESSOAS CISGÉNERO

Vanessa Pinto Monteiro

Novembro 2020

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado em Psicologia, área de Psicologia do Comportamento Desviante e da Justiça, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pelo Professor Doutor Jorge Gato (FPCEUP).

Avisos Legais

O conteúdo desta dissertação reflete as perspetivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Agradecimentos

Desde que assumi o compromisso de me tornar mestre em psicologia, que assumi adquirir todo o conhecimento, capacidades e competências que este curso me permitiu, ao nível do comportamento desviante e da justiça. Sempre sonhei um dia chegar aqui e, desde sempre lembro-me de pensar que esta, a parte dos "agradecimentos", seria talvez a parte com maior dificuldade para se escrever, talvez porque as pessoas são efémeras, entram e saem da nossa vida com uma razão, deixando cada uma delas, uma marca, um significado em nós.

Antes de mais, agradeço por tudo e mais alguma coisa aos meus pais, aos meus irmãos e à minha família, por toda a humildade e sinceridade que incutiram nos meus valores enquanto mulher, pela incrível oportunidade que me permitiram vivenciar, por me mostrarem que as coisas feitas em conjunto têm um sabor muito melhor e um resultado fantástico, por todos os conselhos, pelo incansável apoio em todos os momentos, por estarem sempre presentes, por me ouvirem a reclamar e por me ouvirem a delirar de tão feliz e realizada que me sentia e por todo o orgulho que sempre demonstraram em mim. Obrigado por todos os abraços apertados a cada conquista e acima de tudo, obrigado por nunca ensinarem a desistir.

A faculdade é realmente uma marca no percurso, de quem por lá passa. E este é um caminho que termina aqui e que permite o início de outro tão aguardado. Agradeço ao meu orientador Professor Doutor Jorge Gato, por ter aceite o enorme desafio de me orientar, num tema fora da minha zona de conforto, mas que me trouxe dos maiores desafios e enriquecimento pessoal, agradeço-lhe por todo o tempo dedicado a este projeto, pelas reuniões presenciais e não presenciais e por me incluir junto dos outros orientandos, permitindo a entreajuda. Hoje entrego esta dissertação graças a si e ao seu trabalho.

Ao meu Antero, por aquele sorriso que me transmite toda a confiança que preciso, por aquele brilho no olhar de orgulho em mim, por nunca me deixar desistir, por ouvir os meus desabafos e por me permitir falar orgulhosamente das minhas conquistas. Obrigado por toda a disponibilidade para me ajudares, por todas as vezes que estiveste presente só para me ouvires vezes e vezes sem conta. Obrigado pelo teu apoio incondicional.

À minha Tataninha, que me encorajou desde o primeiro dia, que me lia milhares de vezes e me ouvia a reclamar outras tantas, que festejou comigo cada vitória e cada derrota, mas que me ensinou "que o não está sempre garantido, o sim será sempre uma vitória". Obrigada por estares sempre lá.

Às minhas colegas que se tornaram grandes amigas de faculdade, Dani, Bela e Cris, obrigada por toda a partilha de aprendizagem, por todo o material compartilhado e por todo o conhecimento passado. Obrigada por todas as gargalhadas, por todas as saídas que acabavam sempre a falar na faculdade, obrigado por me apoiarem sempre e por serem minhas amigas.

Às minhas amigas que descobri no trabalho, obrigada por me acompanharem neste caminho, por se prejudicarem para conciliar os meus turnos de trabalho com a dedicação a esta dissertação, obrigada por ouvirem as minhas experiências, por todas as gargalhadas e por me deixarem sempre com um sorriso no rosto, mesmo quando tudo parecia correr mal. E, sem esquecer aquela pessoa que me dá os melhores conselhos, que me ouve, que acredita em mim e no meu sucesso pessoal e profissional e que tem sempre um abraço enorme para me dar, a minha Sara.

Assim, deixo um sincero obrigado a todos e a cada um que, de forma direta ou indireta, estiveram presentes nesta caminhada pessoal e profissional, tão importante na minha vida. Sinto-me grata!

Resumo

A parentalidade é ainda um conceito intrinsecamente associado a uma cultura cisheteronormativa. A maioria da literatura, que estuda as aspirações parentais baseia-se exclusivamente na orientação sexual dos indivíduos. No entanto, a parentalidade é uma realidade que não é descartada por pessoas trans. Este estudo teve como objetivo explorar as diferenças nos desejos, intenções e perceções em relação à parentalidade em função da identidade de género. Os dados recolhidos compreenderam 116 participantes, dos quais 58 são cisgénero e 58 são transgénero, avaliados no que diz respeito aos seus desejos, intenções e perceções parentais. Os resultados indicaram que indivíduos trans relataram níveis de desejo e intenção semelhantes, apesar de anteciparem mais estigma e maior isolamento relativamente a indivíduos cis. Por outro lado, participantes trans antecipam menos enriquecimento parental, compromisso com a criança e apoio social no papel parental que os seus congéneres cis. Este estudo torna-se um contributo para a investigação da parentalidade trans, revelando que as condições legais e sociais são fatores importantes, que necessitam de ser revistos de forma a promover a igualdade na parentalidade em indivíduos trans e cis.

Palavras-chave: Identidade de género, Parentalidade prospetiva, Desejos parentais, Intenções parentais, Perceções parentais.

Abstract

Parenthood still is a concept intrinsically associated with a *cis* heteronormative culture. The majority of the literature that studies parental aspirations is based exclusively on the sexual orientation of the individuals. However, parenthood is a reality that is not ruled out by trans people. This study aims to explore the differences in desires, intentions, and perceptions towards parenthood according to the gender identity. The data collected comprises of 116 participants of which 58 are cisgender and 58 are transgender that were assessed based on their parenthood desires, intentions, and perceptions. Results have shown that trans individuals have similar levels of desire and intent in spite of anticipating more stigma and isolation in relation to cisgender

individuals. On the other hand, transgender participants anticipate less parental enrichment, commitment towards the child and social support on their parental role comparatively to their cisgender counterparts. This study is a contribution to the trans parenthood investigation as it reveals that legal and social conditions are important factors that need to be revised in order to promote equality between transgender and cisgender individuals on parenthood.

Keywords: Gender identity, Prospective parenting, Parenthood desires, Parenthood intentions, Parenthood perceptions

Resumé

La parentalité est un concept intrinsèquement associé à une culture cis hétéronormatif. La plupart de la littérature, qui étudie les aspirations parentales, est basée exclusivement sur l'orientation sexuelle des individus. Cependant, la parentalité est une réalité qui n'est pas à exclue par les personnes trans. Cette étude visait à explorer les différences de les désirs, d'intention et de perceptions par rapport à la parentalité en fonction de l'identité de genre. Les données collectées comprenaient 116 participants des quels 58 sont stéréotypes et 58 transgenre, évalués au dans le respect á ses désirs, d' intentions et perceptions parentales. Les résultats ont indiqués que les personnes trans ont rapporté des niveaux de désires et d'intentions similaires, malgré l'anticipation d'une plus grande stigmatisation et d'un plus grand isolement relativement á des individus cis. D'un autre côté, les participants trans anticipent moins d'enrichissement parental, d'engagement envers l'enfant et de un appui social sur le papier parental que leurs homologues cis. Cette étude devient une contribution à l'enquête sur la trans parentalité, révélant que les conditions légales et sociales sont des facteurs importants, qui doivent être revus afin de promouvoir l'égalité de la parentalité entre les personnes trans et cis.

Mots-clés: Identité de genre, Parentalité perspective, Désirs parentaux, Intentions parentales, Perceptions parentales.

Índice

1. Introdução 1

1.1.Identidade Sexual e de Género 2

1.2.Identidades de Género Trans: Enquadramento Legal em Portugal ……3

1.3.Aspirações Parentais de Pessoas Trans ……..…….5

1.3.1. Desejos e Intenções Parentais..... 5

1.3.2. Perceções Parentais …….....8

2. Metodologia 11

2.1. Objetivos de Investigação 11

2.2. Procedimentos de Seleção da Amostra …..…….11

2.3. Participantes ……12

2.4. Instrumentos …….13

2.5. Procedimentos de Recolha de Dados ……...15

2.6. Análises Estatísticas …….17

3. Resultados ……...17

3.1. Resultados Descritivos 17

3.2. Diferenças em Função da Identidade de Género nas Variáveis de Desejos, Intenções e Perceções Parentais ……..…18

4. Discussão de Resultados …….20

5. Conclusão ……..…….…….……...22

6. Referências Bibliográficas ……..23

1. Introdução

Ao longo dos anos, o conceito de família tem sofrido alterações, não existindo um único modelo familiar (Gato, 2014). Embora ainda censurada, dado o estigma associado às identidades de género trans (Coleman et al., 2012), a parentalidade é um conceito que também engloba estas pessoas (Hafford-Letchfield et al., 2019; Hines, 2006). Nesta medida Stotzer et al. (2014), indicam a existência de um número substancial de indivíduos trans a exercerem a parentalidade, sendo essa percentagem superior em mulheres trans comparativamente com homens trans. Mudanças legais e sociais têm, efetivamente, facilitado o acesso de indivíduos trans à parentalidade (Tornello & Bos, 2017). O desejo de ter filhos parece estar inerente ao planeamento familiar de pessoas trans mais jovens (Riggs et al., 2016; Riskind & Patterson, 2010). Em Portugal, o estudo de Marinho (2019), revelou que alguns indivíduos com identidade trans tinham efetivamente o desejo de conceber a sua própria família, valorizando, entre outros, a possibilidade de transmitir interesses e valores pessoais aos seus filhos.

Os estudos na área da parentalidade prospetiva com a população trans são ainda muito escassos (Auer et al., 2018; De Sutter et al., 2002; Riggs et al., 2016; Tornello & Bos, 2017). As pesquisas, até aos dias de hoje, têm-se focado sobretudo nos desejos e intenções parentais de pessoas com diferentes orientações sexuais, com ênfase na heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade. Estes estudos permitem-nos concluir que o desejo pela parentalidade é demonstrado em maior proporção em indivíduos heterossexuais comparativamente com indivíduos homossexuais e bissexuais (e.g., Gato et al., 2020; Leal et al., 2019; Riskind & Patterson, 2010). Nesta medida, o presente estudo pretende efetuar uma comparação entre desejos, intenções e perceções parentais em pessoas transgénero versus pessoas cisgénero sem filhos.

Este trabalho encontra-se estruturado em duas partes. A primeira parte refere-se ao enquadramento teórico, procurando responder de forma exploratória às insuficiências relacionadas com o tema em questão e perceber se existem diferenças ou igualdades em função da identidade de género dos indivíduos a nível de desejos, intenções e perceções parentais. Dada a escassez de estudos na área será também revista a investigação sobre as aspirações parentais em função da orientação sexual. A segunda parte deste estudo

descreve a metodologia usada neste trabalho exploratório quantitativo através da apresentação do método do estudo, no que diz respeito à caraterização da amostra, instrumentos utilizados, procedimento de análise e recolha de dados, seguindo-se a apresentação dos resultados. Por último, os resultados obtidos serão discutidos, ressalvando-se as limitações do estudo.

1.1. Identidade Sexual e de Género

Todos os indivíduos possuem uma orientação sexual e uma identidade de género, mas estas dimensões são independentes (Obedin-Maliver & Makadon, 2015). A orientação sexual refere-se à atração emocional e sexual do indivíduo por determinado sexo, assim como determinados comportamentos que advêm dessa atração (Ordem dos Psicólogos Portugueses [OPP], 2020). Esta, habitualmente, encontra-se catalogada em quatro dimensões: heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade e assexualidade (OPP, 2020).

Já a atração emocional e/ou física por qualquer pessoa, independentemente do seu sexo e da sua identidade de género designa-se por pansexualidade (Belous & Bauman, 2016). Em contraste, a ausência de atração emocional do indivíduo por qualquer género corresponde à assexualidade (Santos & Carvalho, 2019).

Quanto à identidade de género corresponde ao autorreconhecimento interno do individuo enquanto homem ou mulher, ambos ou nenhuma destas categorias (OPP, 2020). Assim, uma pessoa cisgénero é alguém que se identifica com o sexo que lhe foi atribuído à nascença, com base na observação do sexo anatómico (OPP, 2020). Por sua vez, um indivíduo transgénero, demonstra a presença de incongruência entre o seu sexo biológico e o sexo com que se identifica, não se conformando com as características anatómicas e fisiológicas que apresenta (Obedin-Maliver & Makadon, 2015), nem com as normas legais e sociais de género (McGuire et al, 2016). A não coincidência entre o sexo atribuído à nascença e o género pode ocorrer em qualquer momento do ciclo de vida e não, necessariamente, no começo da mesma (McGuire et al, 2016). Algumas pessoas recorrem a procedimentos de afirmação (ou transição) de género, de modo a realinhar a sua expressão de género externa e o seu aspeto físico, com a sua expressão de género e identidade interna (Obedin-Maliver & Makadon, 2015; OPP, 2020). No

entanto, este é um processo cuja concretização se pode alongar no tempo, dado o envolvimento com processos sociais, legais, médicos e/ou cirúrgicos (Obedin-Maliver & Makadon, 2015).

Os indivíduos transgénero constituem um grupo diversificado, uns convivem com o seu sexo biológico de nascença sem sentirem a necessidade de fazer qualquer transição, outros efetuam apenas uma transição social, sem requerer qualquer intervenção médico-cirúrgica (Winter et al, 2016). Desta forma, para estas pessoas experienciarem o bem-estar no campo da identidade de género, não necessitam especificamente de uma cirurgia de redesignação, podendo o tratamento hormonal ser suficiente.

Assim, definimos MtF (Male-to-Female) como um indivíduo cujo sexo atribuído à nascença com base na observação dos genitais é masculino, mas que se carateriza e identifica como sendo mulher. Do mesmo modo, o termo FtM (Female-to-Male) refere-se a uma pessoa cujo sexo atribuído à nascença com base na observação dos genitais é o feminino, mas que se carateriza e identifica como sendo um homem (OPP, 2020). Por sua vez, as pessoas não binárias descrevem a sua identidade de género e/ou comportamento social como uma combinação de ambos os géneros (feminino e masculino) ou de nenhuma identidade de género, já que não se caraterizam e/ou identificam como homem ou mulher, não estando enquadrados nas normas de género enraizadas na sociedade (Cheung et al, 2020; McNabb, 2018).

1.2. Identidades de Género Trans: Enquadramento Legal em Portugal

Até ao ano de 2011, era inexistente em Portugal a presença de legislação alusiva à identidade de género (ISCTE, 2016), não existindo nenhum suporte legislativo que legitimasse a identidade de indivíduos trans (Saleiro, 2013). Da mesma forma, não existia nenhuma lei que obstruísse a transição de sexo e alteração de nome, sendo este realizado com recurso a processos judiciais (Saleiro, 2013).

A Lei nº7/2011, de 15 de março, consagrou a legalidade do processo de mudança de sexo e alteração de nome próprio no regime civil, apenas para indivíduos de nacionalidade portuguesa, com idade igual ou superior a 18 anos e que se encontrassem psicologicamente saudáveis, sendo necessário um relatório elaborado por

uma equipa clínica multidisciplinar que comprovasse o diagnóstico de perturbação de identidade de género (Ministério Público, 2020; OPP, 2020), situação que conduzia a uma patologização das pessoas trans (Guimarães, 2016). Nesse contexto, foi criada uma lista de médicos e psicólogos para elaborar e assinar o relatório necessário, que poderia incluir profissionais não qualificados na área da transexualidade, criando-se assim uma barreira para os indivíduos que eram acompanhados por profissionais que não constavam na lista (ISCTE, 2016).

A 28 de setembro de 2011, o Parlamento Europeu, tendo em conta os direitos universais e fundamentais dos indivíduos, solicitou na sua resolução sobre direitos humanos, orientação sexual e identidade de género nas Nações Unidas que o manual de Classificação Internacional de Doenças (CID) retirasse a Perturbação de Identidade de Género da lista de Perturbações Mentais e Comportamentais (Parlamento Europeu, 2013). Dada a mudança, no manual de Classificação Internacional de Doenças seguinte (CID-11), a Perturbação de Identidade de Género passou a ser designada como uma Disforia de Género, inserida na categoria de condições relacionadas com a saúde sexual (Reed et al., 2016), considerando a presença de angústia e disfunção manifestada, essencialmente, em ambientes sociais, recorrente durante alguns meses (Robles et al., 2016; Reed et al., 2016).

Em Portugal, a Lei nº 38/2018, de 7 de agosto, proclama o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e o direito à proteção das características sexuais de cada indivíduo. A mesma assume o seu caráter, perante a apresentação de um documento de identificação com a alteração do nome próprio aos indivíduos de nacionalidade portuguesa, com idade igual ou superior a 18 anos e que se demonstrem saudáveis psicologicamente. Outra das inovações desta lei diz respeito à possibilidade de mudança de sexo no registo civil e de nome próprio para indivíduos com idades compreendidas entre os 16 e os 18 anos, com recurso aos seus representantes legais e a um relatório psicológico ou médico onde a pessoa expresse a sua capacidade de decisão de vontade informada do mesmo, tendo de antemão o superior interesse da criança (DRE, 2020).

De um modo geral, percebemos que durante anos, as pessoas trans não detiveram de qualquer proteção ou defesa legal nos seus direitos universais, no entanto, têm-se verificado um progresso a esse nível. As mudanças legislativas são uma

condição necessária, embora ainda insuficiente para assegurar o acesso aos cuidados de saúde e a igualdade de oportunidades em projetos de vida, como a parentalidade.

1.3. Aspirações Parentais de Pessoas Trans

Dadas as recentes mudanças sociais e legais, o desejo e a intenção de constituir família por parte de pessoas trans estão na ordem do dia (Tornello & Bos, 2017). Efetivamente, segundo Riggs et al. (2016), existe um aumento do número de indivíduos transgénero que assumem o desejo da parentalidade. De forma distinta relativamente aos modelos de reprodução tradicionais, as pessoas trans têm a capacidade de imaginar ou abraçar a parentalidade, de forma distinta à sociedade e aos modelos de reprodução tradicionais, mas que tem significado para eles, enquanto família (von Doussa et al., 2015). Tal leva a uma complexidade de desafios e de escolhas inerentes aos projetos parentais de pessoas trans (Downing, 2012; Tornello & Bos, 2017). As aspirações parentais podem ser operacionalizadas de diferentes formas, nomeadamente, em termos de desejos, intenções e perceções parentais (Gato et al., 2020).

1.3.1. *Desejos e Intenções Parentais*

Os desejos consistem no que se quer ou se deseja fazer, enquanto as intenções relevam-se num propósito ou num plano a realizar. O desejo pode ou não, ser acompanhado por uma intenção (Riskind & Patterson, 2010).

O estudo de Leal et al. (2019), comparou indivíduos de diferentes orientações sexuais relativamente aos desejos e intenções parentais, em Portugal e no Reino Unido, concluindo que, nos dois países, as pessoas lésbicas, gays e bissexuais (LGB) apresentam níveis mais baixos de desejo e intenção parental comparativamente a indivíduos heterossexuais. Por sua vez, encontrou também diferenças entre os dois países: os participantes portugueses demonstram níveis mais elevados de desejo e intenção parental que os participantes do Reino Unido. Tal pode estar associado à cultura portuguesa, no que respeita à pressão da desejabilidade social para constituir família, seja em pessoas heterossexuais, seja em mulheres de minorias sexuais (Leal et al., 2019). Estes resultados, corroboraram os estudos encontrados noutros países, como a Itália (Baiocco & Laghi, 2013) e os Estados Unidos (Riskind & Patterson, 2010), que

mostram que, genericamente, as pessoas heterossexuais apresentam mais desejos e intenções de ter filhos do que as pessoas LGB.

Num estudo apenas com participantes do sexo feminino, Gato et al (2019) verificaram, em Portugal, que mulheres lésbicas e bissexuais apresentavam menor intenção de ter filhos que as suas congéneres heterossexuais. Estes resultados contrariam os encontrados por Riskind e Patterson (2010) e Riskind e Tornello (2017) nos EUA. Por outro lado, em Itália, o estudo de Baiocco e Laghi (2013) apresentou resultados semelhantes. Apesar dos fatores culturais influenciarem as mulheres, as diferenças a nível da orientação sexual podem dever-se a determinadas barreiras sociais e culturais tanto em Portugal como em Itália (Gato et al., 2019).

Relativamente às aspirações parentais de pessoas trans, vários estudos indicaram que a maioria dos participantes trans inquiridos ou entrevistados manifestavam o desejo de se tornarem mães ou pais (De Sutter et al., 2002; Riggs et al., 2016; Wierckx et al., 2012). Adicionalmente, o desejo de constituir família está associado a uma maior autoestima e satisfação com a vida (Riggs et al., 2016), tendo um impacto positivo no bem-estar mental destes indivíduos (Wierckx et al., 2012).

Em Portugal, o estudo qualitativo de Marinho et al. (2020), revelou que metade dos participantes trans entrevistados desejavam ter filhos estando a outra metade indecisa (apenas um participante recusou manifestamente esta possibilidade). Resultados semelhantes foram encontrados no Reino Unido por Tasker e Gato (2020), onde nove de onze participantes trans manifestam interesse em continuar o futuro com a presença de crianças.

Quanto às motivações para a parentalidade identificadas por esta população, Tornello e Bos (2017) revelaram que a motivação parental mais comum assentava em estabelecer uma relação biológica com a criança através de relações sexuais ou do uso do esperma por um dador conhecido. No entanto, o método considerado ideal encontrava-se dependente da identidade de género dos participantes. O desejo parental nas mulheres trans tendia a ser superior no método da adoção (75%), de modo a oferecer um lar harmonioso e delicado para a criança. Por outro lado, observaram que os homens trans preferiam o método tradicional (58,3%), centrando-se na relação biológica com a criança (Tornello & Bos, 2017). Num estudo australiano (Riggs et al., 2016) com indivíduos trans e não binários, a maioria revelou o desejo da parentalidade através do

modo biológico, optando os restantes pela adoção. Em Portugal, Marinho et al. (2020) identificaram quatro motivações para a parentalidade em indivíduos trans: a vontade de descendência/continuidade familiar, a realização pessoal, a graciosidade do processo de gestação e os filhos como fonte de apoio.

Contudo, a parentalidade trans é pautada por um conjunto de barreiras socioculturais, começando pelo facto de estes indivíduos se identificarem como trans (Tornello & Bos, 2017). A expetativa de se tornarem pais, no futuro, tendo uma relação biológica com a criança, torna-se num processo desafiador devido à procura de um companheiro com um sistema reprodutor que combine com o seu género e/ou aos efeitos que uma possível gravidez poderia gerar na sua transição de género (Tornello & Bos, 2017), bem como na futura identificação dos papéis parentais em conformidade com a sociedade (Tasker & Gato, 2020). A escassez de informações médicas acerca dos efeitos que determinadas opções de fertilidade podem ter nos processos físicos de afirmação de género é também uma barreira (Castro-Peraza et al., 2019; Marinho, 2019; Tasker & Gato, 2020). Estas barreiras levam ao preconceito (Tasker & Gato, 2020), à discriminação por parte das entidades patronais e sociais e por sua vez, ao próprio sentimento de discriminação em locais públicos e sociais (Vieira, 2019).

Estudos recentes demonstram que o desejo pela parentalidade, em alguns indivíduos é ainda uma decisão que não está definida nos planos futuros, dada a antecipação de preconceito por parte, por exemplo, dos serviçes de adoção (Tasker & Gato, 2020). Adicionalmente, esta opção que pode ser alterada ou modificada dependendo da influência de determinados fatores, como a idade, a falta de preparação para ter filhos, as perspetivas por parte dos parceiros e a priorização dos procedimentos de afirmação de género (Marinho et al., 2020).

Em síntese, as pessoas LGB parecem aspirar menos a ser pais do que as pessoas heterossexuais. No caso das pessoas trans, embora os escassos estudos existentes indiquem que a parentalidade não é descartada por esta população, não existe ainda investigação que tenha comparado as suas aspirações parentais com as das pessoas cis. Esta comparação poderia contribuir para um conhecimento mais detalhado das aspirações parentais das pessoas trans.

1.3.2. *Perceções Parentais*

Segundo Lawson (2004), para compreender os planos parentais dos indivíduos é necessário um enfoque na experiência antecipada ou vivida da parentalidade. Essas perceções subdividem-se em diferentes situações que têm enfase na vida dos indivíduos, enquanto futuros pais, tais como o enriquecimento emocional associado a ser-se mãe ou pai, as perceções de continuidade ou generatividade, o compromisso associado à parentalidade, o apoio social antecipado pela família ou pela comunidade, os sentimentos de isolamento durante a parentalidade e os custos instrumentais, emocionais e físicos que implica a educação de uma criança (Lawson, 2004; Gato et al., 2020).

O *enriquecimento emocional* diz respeito à satisfação pessoal por se ter um filho (Gato et al., 2020). No estudo de Baiocco e Laghi (2013), os participantes gays revelaram um nível inferior de enriquecimento comparativamente com as participantes lésbicas e os seus pares heterossexuais. No mesmo sentido, os participantes LGB do estudo de Leal et al. (2019) consideraram que as crianças eram menos suscetíveis de serem uma fonte de enriquecimento que os seus pares heterossexuais. Por outro lado, Gato et al. (2020) mostraram que o enriquecimento era um preditor positivo das intenções parentais quer em pessoas LGB, quer em pessoas heterossexuais.

No que diz respeito ao *suporte familiar*, Baiocco & Laghi, (2013) verificaram em Itália que, no caso específico dos homens gays, a tomada de decisão sobre a parentalidade estava sujeita ao apoio social percebido disponível para as tarefas adjacentes ao papel parental, sendo este demonstrado num nível inferior comparativamente com os seus pares heterossexuais. Também as participantes lésbicas apresentavam uma perceção negativa relativamente ao apoio social disponível comparativamente aos seus pares heterossexuais (Baiocco & Laghi, 2013). O que pode estar relacionado com o clima legal e social em Itália, onde a discriminação contra LGB ainda é pautada por atitudes negativas (Baiocco & Laghi, 2013). No entanto, Leal et al. (2019) verificaram que participantes portugueses, independentemente da orientação sexual, anteciparam níveis mais altos de apoio social enquanto futuros pais, que os seus pares do Reino Unido. Os autores explicaram este resultado com base na cultura portuguesa que valoriza o apoio e a união dos membros familiares. Quanto às pessoas trans, do mesmo modo que a discriminação e o escasso apoio familiar têm um impacto

negativo na possibilidade de ter filhos no futuro, o suporte familiar transmite segurança para a tomada de decisão na parentalidade (Riggs et al., 2016).

Os *custos financeiros, emocionais e físicos* referem-se a uma parte negativa da parentalidade (Gato et al., 2020). No já referido estudo comparativo entre Portugal e o Reino Unido, foram demonstradas diferenças entre pessoas LGB e heterossexuais, mas também entre os países: os participantes portugueses reportaram menos preocupação com os custos do que os participantes do Reino Unido (Leal et al., 2019). Gato et al. (2020) verificaram, por sua vez, que no caso dos indivíduos heterossexuais a sua estabilidade económica está associada positivamente à intenção de ter filhos; o mesmo não parecia ser uma condição necessária para os indivíduos LGB. Talvez porque os participantes do estudo de Gato et al. (2020) ainda não se encontram no mercado de trabalho e, por essa razão, ainda não conhecem as dificuldades de conciliação vida pessoal-família. Mas também, pode estar associado ao facto de que as leis relacionadas com a parentalidade em indivíduos LGBT ainda não foram aprovadas em Portugal e a hipótese de equacionar a parentalidade ainda pode ser considerada como distante (Gato et al., 2020). Tal como nas pessoas cis, particularmente heterossexuais, também as condições económicas influenciam a decisão parental das pessoas trans, situação que ocorre dado os custos associados a determinados métodos de preservação da fertilidade (Tornello & Bos, 2017). Em Portugal, para alguns participantes do estudo de Marinho et al. (2020) a instabilidade financeira e profissional não lhes permitia conjugar a criação e educação de um filho com os procedimentos de transição de género.

O *compromisso* e o *isolamento* encontram-se relacionados com a exigência que advém da criação de uma criança (Gato et al., 2020). No estudo intercultural de Leal et al. (2019), não se verificam diferenças entre participantes heterossexuais e LGB. No entanto, os participantes portugueses reportaram níveis mais elevados de compromisso com a parentalidade que participantes do Reino Unido. Tal pode estar associado com os vínculos e laços afetivos intrínsecos à cultura portuguesa, tendo em consideração que assumir a responsabilidade de ter uma criança no futuro é assumir o cuidado e a educação da mesma a vida toda. Já no Reino Unido, a sua cultura assenta em princípios de independência individual. Por outro lado, no que respeita ao isolamento, os participantes LGB do Reino Unido anteciparam maior isolamento na parentalidade que os seus congéneres heterossexuais (Leal et al.,2019). Resultados que se devem a

priorização do seu tempo em prol da criança, dividindo-o pela rede familiar e social existente relacionados, novamente, com os fatores culturais associados a cada país.

Finalmente, os indivíduos LGB *antecipação mais estigma* se vierem a ter filhos do que os seus congéneres heterossexuais (Leal et al., 2019; Gato et al., 2020). No mesmo sentido, num estudo realizado somente com mulheres, as mulheres lésbicas anteciparam mais estigma que as mulheres heterossexuais e bissexuais (Gato et al., 2019). Adicionalmente, a antecipação do estigma, enquanto mãe ou pai tem um impacto negativo na intenção de ter filhos no futuro, principalmente em indivíduos LGB (Gato et al., 2020). Estes resultados não são surpreendentes, tendo em consideração os níveis de discriminação contra população LGB e o contexto heteronormativo em que se encaixa o conceito de parentalidade (Leal et al., 2019).

2. Metodologia

2.1. Objetivos de Investigação

Considerando a literatura revista, o presente estudo procurou explorar as diferenças nas intenções, desejos e perceções em relação à parentalidade em função da identidade de género dos participantes. A inexistência de estudos que tenham comparado pessoas cisgénero e transgénero, no que diz respeito às suas aspirações parentais torna difícil direcionar hipóteses para o nosso estudo. No entanto, considerando as investigações que compararam as aspirações parentais de pessoas LGB e pessoas heterossexuais, bem como os estudos que analisaram os planos parentais de pessoas transgénero, espera-se que os participantes transgénero expressem níveis mais baixos de desejo (hipótese 1) e de intenção parental (hipótese 2) que os seus pares cisgénero. No que diz respeito às perceções parentais, a linha de raciocínio foi a mesma, tendo sido delineadas as seguintes hipóteses: espera-se que as pessoas trans demonstrem níveis de enriquecimento mais baixos que os seus pares cis (hipótese 3); do mesmo modo, espera-se que antecipem menos suporte social (hipótese 4) e mais estigma por parte da família e/ou comunidade (hipótese 5) do que as pessoas cis. No que diz respeito às restantes perceções, por não existir literatura e/ou resultados conclusivos suficientes relativamente às mesmas, não foram delineadas hipóteses.

2.2. Procedimento de Seleção de Amostra

Dada a ausência de estudos comparativos entre indivíduos transgénero e cisgénero, no que respeita aos seus desejos, intenções e perceções parentais, optámos pela realização de um estudo de tipo exploratório. Devido às características da amostra, a mesma foi selecionada por conveniência através de uma seleção de participantes de acordo com as características específicas da população em estudo. Foram recolhidas duas subamostras distintas: uma no âmbito de um estudo sobre a parentalidade prospetiva em pessoas cisgénero heterossexuais e LGB, realizado em 2015 (e da qual foram retirados os participantes cisgénero para a presente investigação); e uma outra de indivíduos transgénero, no âmbito de um estudo realizado em 2018 (e a partir da qual foram selecionados os participantes transgénero para a presente investigação).

Constituíram-se como critérios de inclusão para ambas as amostras: a identificação de género dos indivíduos como transgénero ou cisgénero, ter idade igual ou superior a 18 anos e responder à maioria questões no questionário. A amostra de indivíduos transgénero era constituída por 137 participantes, sendo que 24 dos indivíduos responderam ao questionário presencialmente e os restantes 113 em formato digital. Por sua vez, a amostra de indivíduos cisgénero era composta por 472 participantes, conseguidos através do recurso ao formato digital. No sentido de obter uma comparação rigorosa entre as duas amostras, utilizamos a técnica de 'correspondência entre vizinhos mais próximos' (Stuart, 2010). Por isso, selecionamos metodicamente os participantes transgénero e cisgénero, procedendo-se ao seu emparelhamento, controlando as seguintes características sociodemográficas: idade, orientação sexual, local de residência, nível de escolaridade, situação profissional, estatuto relacional e/ou conjugal e duração da relação. Através desta técnica, encontramos correspondência entre 58 indivíduos transgénero e 58 cisgénero, visto que os restantes ou não respondiam à maioria das questões ou apresentam idades dispares aos seus pares e, assim não seria possível uma correspondência semelhante em todos os critérios de inclusão.

2.3. Participantes

A amostra final foi constituída por 116 indivíduos distribuídos igualmente pela identidade de género trans e cis, com uma idade compreendida entre os 18 e os 49 anos (M = 25.80; DP = 6.29). Relativamente ao género, 78 indivíduos identificaram-se como sendo do género feminino (67.2%) e 38 como sendo do género masculino (32.8%). Em termos de orientação sexual, 68.1% das pessoas identificavam-se como heterossexuais, 19% com o bissexuais e 12.9% como lésbicas ou gays. Em relação ao local de residência, a maioria dos indivíduos habitava numa zona urbana (61.2%) e os restantes indivíduos numa zona rural. Relativamente ao nível educacional, mais de metade da amostra usufruía do ensino superior (licenciatura, mestrado e doutoramento), o que corresponde a 74.1%, seguindo-se o ensino secundário representado por 20.7% e o ensino básico com apenas 5.2% dos indivíduos. Quanto à situação profissional, a maioria dos indivíduos estavam empregados (64.7%) e os restantes não tinham emprego ou eram estudantes. Relativamente ao estatuto conjugal e/ou relacional, a amostra

encontra-se dividida entre participantes com uma relação (57.8%), com uma duração média de 46.35 meses e os restantes participantes que não se encontram numa relação. Em média, os participantes consideravam os valores religiosos pouco importantes (*M* = 2.68; *DP* = 1.72).

2.4. Instrumentos

Questionário Sociodemográfico. No âmbito da presente investigação, o instrumento de recolha de dados iniciou-se com um questionário sociodemográfico, com o objetivo de obter uma descrição meticulosa dos participantes, focando-se nos objetivos da investigação. O mesmo integrou as seguintes variáveis: idade, identidade de género (transgénero/ cisgénero), sexo atribuído à nascença (masculino/ feminino), orientação sexual (heterossexual/ lésbica ou gay/ bissexual), local de residência (área urbana/ área rural), nível educacional (ensino básico/ ensino secundário/ ensino superior), situação profissional (empregado/ não empregado), estatuto relacional e/ou conjugal (numa relação/ sem relação), duração da relação e valores religiosos (apresentados com recurso a uma escala de resposta tipo de *Likert* de 1 (nada importante) a 6 (extremamente importante).

Desejos Parentais. Esta variável foi medida com recurso a um item retirado do estudo de Riskind e Patterson (2010) a que foram posteriormente acrescentados mais dois itens). A escala de Desejos Parentais (Gato et al.,2020; Leal et al., 2019) é assim composta pelos itens: (i) "Se fosse possível, gostaria de ter filhos", (ii) "Imagino-me a ser pai ou mãe" e (iii) "Ser mãe ou pai é algo que desejo". As opções de resposta são avaliadas com recurso a uma escala de resposta tipo *Likert* de 1 (*definitivamente não*) a 5 (*definitivamente sim*). O instrumento apresentou um índice de consistência interna muito elevado na amostra total e para as subamostras em estudo (Tabela 1).

Intenções Parentais. Tal como no caso anterior, esta variável foi medida com recurso a um item retirado do estudo de Riskind e Patterson (2010) a que foram posteriormente acrescentados mais dois itens. A Escala de Intenções Parentais (Gato et al.,2020; Leal et al., 2019) é composta pelos itens: (i) "Tenciono ter filhos em algum momento", (ii) "Já decidi que vou ser mãe/pai" e (iii) "Ter um filho faz parte dos meus planos". As opções

de resposta são avaliadas com recurso a uma escala de resposta tipo *Likert* de 1 (*definitivamente não*) a 5 (*definitivamente sim*). O instrumento apresentou um índice de consistência interna muito elevado na amostra total e para as subamostras em estudo (Tabela 1).

Perceções Parentais. Esta variável foi avaliada com recurso à Escala de Perçeções Parentais (Perceptions of Parenting Inventory – POPI, Lawson, 2004; Gato et al., 2020; Leal et al., 2019). Este instrumento carateriza-se por avaliar as perceções negativas e positivas relativamente à parentalidade. Apresenta-se através de 28 itens distribuídos por seis subescalas: enriquecimento, isolamento, compromisso, custos, continuidade e apoio social, respondidos através de uma escala tipo *Likert* de 1 (*discordo fortemente*) a 6 (*concordo fortemente*). A subescala enriquecimento é composta por oito itens com o propósito de avaliar os benefícios psicológicos que a vinda de uma criança ao seio familiar pode trazer (e.g., "Cuidar de um/a filho/a iria trazer-me felicidade"). A subescala isolamento é constituída por quatro itens, avaliando a interferência da criança no tempo livre dos pais e no seu relacionamento conjugal (e.g., "Teria menos tempo para fazer as coisas que gosto"). A subescala compromisso, corresponde a quatro itens que medem as responsabilidades inerentes a um filho (e.g., "Ser mãe ou pai seria uma responsabilidade 24 horas por dia"). A subescala custos está organizada em cinco itens que medem as dificuldades económicas e psicológicas associadas à educação de uma criança (e.g., "Cuidar de um/a filho/a iria resultar em despesas extra para mim"). A subescala continuidade é formada por quatro itens, com a intenção de avaliar o compromisso associado à continuidade da geração familiar (e.g., "Um/a filho/a daria continuidade à minha família") A subescala apoio social apresenta-se através de três itens e refere-se ao apoio familiar e social esperado (e.g., "Os meus amigos e família ajudar-me-iam a cuidar de um/a filho/a"). Finalmente, uma nova subescala foi adicionada ao instrumento original para medir a antecipação do estigma no desempenho de um papel parental (Gato et al., 2020; Leal et al., 2019). Esta subescala é composta por cinco itens medindo as perceções a nível da discriminação e preconceito relativamente ao papel parental (e.g., "As pessoas teriam dúvidas acerca das minhas capacidades parentais").

No que respeita à confiabilidade, a subescala enriquecimento apresentou consistência interna muito elevada, as subescalas isolamento, apoio social e antecipação do estigma em valor de consistência interna razoável; a subescala compromisso, um valor aceitável e as subescalas custos e continuidade valores baixos que impedem a sua utilização no presente estudo (Tabela 1). No que diz respeito à subescala continuidade, o mesmo problema foi evidenciado em estudos anteriores (e.g., Gato, et al., 2020; Leal, et al., 2019).

Tabela 1

Consistência interna das variáveis dependentes

	Total 101≤ n ≤115	Transgénero 45≤ n ≤56	Cisgénero 56≤ n ≤58
Desejos Parentais	.96	.96	.96
Intenções Parentais	.95	.96	.95
Enriquecimento	.94	.94	.88
Isolamento	.73	.72	.74
Compromisso	.74	.64	.66
Custos	.54	.78	.18
Continuidade	.52	.43	.62
Apoio Social	.74	.64	.71
Antecipação do Estigma	.72	.74	.69

2.5. Procedimento de Recolha de Dados

A amostra de pessoas cisgénero foi recolhida em 2015 no contexto do estudo "*Lesbian, gay and bissexual parenthood: Psychological determinantes and experiences in the social context*", da autoria do orientador deste trabalho. A recolha de dados foi efetuada com recurso a um questionário disponível numa plataforma online, sendo assegurada a confidencialidade e anonimato dos/as participantes. Após o consentimento informado dos mesmos, os participantes eram redirecionados para a página do

questionário. O mesmo não continha respostas de carater obrigatório, possibilitando o individuo de não responder a questões ou de sair do estudo a qualquer momento.

A amostra de pessoas transgénero foi recolhida em 2018 e 2019, no âmbito do estudo "Ter ou não filhos? Eis a questão. Parentalidade prospetiva em pessoas com identidades de género trans e/ou não binária", da responsabilidade do orientador deste trabalho. A recolha foi feita de duas formas: presencialmente, através de um questionário em papel e online, com recurso a um questionário, alojado na plataforma *LineSurvey*, localizado num servidor da Universidade do Porto. Dada a vulnerabilidade psicossocial da população trans e a complexidade na recolha dos dados, a opção passou pelo contacto com instituições onde ocorrem consultas/grupos de suporte para pessoas com identidade de género trans e/ou não binária: Associação ILGA-Portugal, Associação Plano I/Centro, Consulta de Sexologia do Hospital Magalhães Lemos. Nesse sentido, procedeu-se ao contacto prévio com o/a responsável de cada instituição, seguido de uma reunião com o investigador principal para esclarecer o objetivo do estudo, solicitar a colaboração na divulgação do mesmo junto dos/as utentes do serviço, requisitar espaço para a divulgação e recolha de dados e conhecer os interlocutores da própria instituição que ficariam a trabalhar em articulação com o investigador principal. Consoante a estimativa do número de utentes foi cedido um número proporcional de envelopes, que continham os seguintes documentos: Consentimento Informado, em duplicado e protocolo com instrumentos. Os utentes que tomaram a decisão de participar, entregaram o envelope fechado ao interlocutor da instituição, para a recolha posterior do investigador. Por sua vez, a recolha de dados em formato digital assentou na confidencialidade de dados e no anonimato dos/as participantes, já que a própria plataforma não permitia aceder à identificação dos IP de cada participante. Antes de o/a participante começar o questionário, encontravam-se exibidas as informações sobre o objetivo do estudo e as instruções para o preenchimento do questionário. De salientar que, a qualquer momento do preenchimento, os/as participantes poderiam desistir ou preferir responder ou não a todas as questões apresentadas, da mesma forma que também poderiam retomar o seu preenchimento através do e-mail.

Os estudos, no âmbito dos quais foram selecionados os participantes, para o presente trabalho receberam ambos o parecer positivo da Comissão de Ética da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

2.6. Análises Estatísticas

Os dados quantitativos recolhidos foram inseridos e analisados com recurso ao software de análise de dados SPSS, versão 20. Para detetar diferenças entre as subamostras em termos das suas características sociodemográficas, recorreu-se ao teste *t de student* (variáveis intervalares) ou ao teste do *qui-quadrado* (variáveis categóricas). A análise estatística utilizada para detetar diferenças entre os grupos nas variáveis dependentes consideradas (desejos, intenções e perceções parentais) foram o teste *t de student*, calculando-se posteriormente o tamanho do efeito das diferenças através do *d* de *Cohen*.

3. Resultados

3.1. Resultados Descritivos

Iniciámos as nossas análises observando a distribuição das variáveis dependentes (desejos, intenções e perceções) utilizadas no estudo, encontrando-se as mesmas dentro dos parâmetros da curva de normalidade relativamente à assimetria (-0.028 a 2.953). No caso da curtose, a maioria das variáveis apresentou uma distribuição normal (-0.012 a 1.039), exceto a variável custos, que apresentou uma distribuição leptocúrtica (20.842). Uma análise das diferenças nas características sociodemográficas em função da identidade de género dos/as participantes mostrou efetivamente que não existem diferenças entre as duas subamostras (transgénero e cisgénero) para cada variável sociodemográfica em estudo (Tabela 2).

Tabela 2

Diferenças nas Variáveis Sociodemográficas em Função da Identidade de Género

	Transgénero *(n=58)*		Cisgénero *(n=58)*		
	M	*DP*	*M*	*DP*	
Nível de Escolaridade	2.63	0.59	2.73	0.54	*t* (114)= -1.09 *p* = .279

	Transgénero *(n=30)*		Cisgénero *(n=36)*		
Duração da Relação (meses)	46.60	58.74	46.19	47.80	t (64)= 0.04 p =.972
	N	*%*	*N*	*%*	
Local de Residência					
Área Urbana	33	57.9%	38	64.4%	x^2(1)= 0.52 p = .298
Área Rural	24	42.1%	21	35.6%	
Situação Profissional Empregado	37	64.9%	38	64.4%	x^2(1)= 0.00 p = .555
Não Empregado	20	35.1%	21	35.6%	
Estatuto Relacional/Conjugal Relação	31	54.4%	36	61.0%	x^2(1)= 0.52 p = .296
Sem Relação	26	45.6%	23	39.0%	

3.2. Diferenças em Função da Identidade de Género nas Variáveis Desejos, Intenções e Perceções Parentais

Não foram observadas diferenças significativas nas variáveis desejos e intenções parentais em função da identidade de género dos/as participantes (Tabela 3), o que nos permite rejeitar as hipóteses 1 e 2. No que diz respeito às perceções parentais, as pessoas transgénero apresentaram níveis mais baixos de enriquecimento, isolamento, compromisso e apoio social do que as pessoas cisgénero, sendo o tamanho do efeito médio a grande. Estes resultados permitem confirmar as hipótese 3 e 4. No que diz respeito, à antecipação do estigma, observou-se uma diferença marginalmente significativa ($p < .100$), com as pessoas trans a anteciparem mais estigma do que as pessoas cis, confirmando-se também a hipótese 5.

Tabela 3

Médias, Desvios-Padrão e Diferenças nos Desejos, Intenções e Perceções Parentais em função da Identidade de Género

	M	*DP*	*M*	*DP*	
	Transgénero *(n= 56)*		Cisgénero *(n= 58)*		
Desejos Parentais	3.81	1.45	4.15	1.18	*t* (106.03)= -1.34 *p* = .185 *d* = 0.26
	Transgénero *(n= 54)*		Cisgénero *(n= 58)*		
Intenções Parentais	3.55	1.48	3.80	1.29	*t* (105.94)= .92 *p* = .360 *d* = 0.17
	Transgénero *(n= 45)*		Cisgénero *(n= 56)*		
Enriquecimento	3.88	1.65	5.50	1.06	*t* (71.67)= -5.72 *p* < .001 *d* = 1.17
	Transgénero *(n= 45)*		Cisgénero *(n= 58)*		
Isolamento	3.83	1.44	4.57	1.27	*t* (102)= -2.76 *p* < .001 *d* = 0.55
	Transgénero *(n= 48)*		Cisgénero *(n= 58)*		
Compromisso	3.73	1.27	5.58	0.94	*t* (105)= -8.68 *p* < .001 *d* = 1.66
	Transgénero *(n= 45)*		Cisgénero *(n= 58)*		
Apoio Social	3.90	1.27	5.29	1.18	*t* (102)= -5.73 *p* < .001 *d* = 1.13
	Transgénero *(n= 46)*		Cisgénero *(n= 58)*		
Antecipação do Estigma	3.78	1.45	3.31	1.25	*t* (102)= 1.74 *p* = .086 *d* = 0.35

4. Discussão de Resultados

Tanto quanto sabemos, este é o primeiro estudo realizado em Portugal, que visa compreender as diferenças nos desejos, intenções e perceções na parentalidade em função da identidade de género dos participantes. Contrariamente ao que seria de esperar, não foram observadas diferenças nas variáveis desejo e intenção de ter filhos no futuro, entre as duas amostras. Tal permite-nos especular que as aspirações parentais não parecem depender da identidade de género das pessoas, ao contrário do que sucede com a orientação sexual (Baiocco & Laghi, 2013; Gato et al., 2020; Leal et al., 2019; Riskind & Patterson, 2010). Estes resultados corroboram os obtidos em pesquisas anteriores realizadas apenas com pessoas trans, que revelaram que o desejo da parentalidade está inserido dentro dos seus projetos de vida (De Sutter et al., 2002; Marinho et al., 2020; Riggs et al., 2016; Wierckx et al., 2012). Uma explicação que pode justificar estes resultados relaciona-se com o facto de que os participantes, do nosso estudo podem ainda não ter recorrido ao processo de afirmação de género e manterem, eventualmente, uma relação com uma pessoa de outro sexo, o que permite que a parentalidade se torne efetivamente numa realidade mais exequível, do ponto de vista da reprodução biológica. Tal vai também de encontro aos resultados de Tornello e Bos (2017), em que os/as participantes manifestavam vontade de descendência biológica com a criança.

No que respeita às perceções parentais, em comparação com os seus pares cisgénero, as pessoas trans preveem níveis mais baixos de enriquecimento. Estes resultados corroboram os de Baiocco e Laghi (2013) e Leal et al. (2019), onde indivíduos LGB consideram que a satisfação pessoal nas suas vidas não vai melhorar com a presença de crianças. Talvez devido aos níveis de discriminação e preconceito ainda existentes contra a população trans e a possibilidade de a criança ser tratada de forma desigual e injusta pela sociedade.

Participantes trans anteciparam níveis mais baixos de compromisso que os seus pares cisgénero. Resultado que pode estar associado com aos vínculos e laços afetivos intrínsecos à cultura portuguesa, já que assumir a responsabilidade de ter uma criança no futuro é assumir o cuidado e a educação da mesma a vida toda. Justificando assim, este resultado, já que o compromisso parental é intrínseco à cultura cisheteronormativa e aos ensinamentos manifestados pela sociedade.

No nosso estudo, pessoas transgénero revelam níveis mais baixos de apoio social que os seus pares cisgénero. No entanto, o estudo de Riggs et al. (2016), conclui que quando indivíduos trans demonstraram a intenção de ter filhos, estes relataram níveis mais altos de apoio social do que quando o assunto ainda é uma incerteza nas suas vidas. Consistente com a literatura que aborda a orientação sexual relativamente a este fator, foi demonstrado que homens gays e mulheres lésbicas revelaram níveis mais baixos de apoio social percebido que seus pares heterossexuais (Baiocco & Laghi, 2013). Já no estudo de Leal et al. (2019), verificou-se que, indivíduos LGB não percecionavam diferenças no apoio social que antecipavam para as tarefas adjacentes ao papel parental, comparativamente com os seus congéneres heterossexuais. Contudo, é sabido que as pessoas transgénero enfrentam mais preconceito e a discriminação por parte da sociedade, quando comparadas as pessoas LGB (Nogueira & Oliveira, 2010), o que pode explicar os níveis mais baixos de apoio social antecipados neste estudo. A mesma explicação pode ser cooptada para explicar os níveis mais elevados de isolamento social percebido pelas pessoas trans.

Finalmente, os/as participantes trans anteciparam mais estigma na parentalidade que os seus pares cis. Tal vai de encontro aos resultados dos estudos que demonstraram que indivíduos LGB antecipam mais estigma do que as pessoas heterossexuais (Gato et al., 2020; Leal et al., 2019), tendo este fator um impacto negativo na intenção de ter filhos no futuro (Gato et al., 2020). Apesar das mudanças positivas a nível legal relativamente à parentalidade, o estigma parece continuar a ter impacto nos indivíduos LGBT. A parentalidade continua, ainda, a ser vista num contexto cisheteronormativo, principalmente associado a mulheres heterossexuais, devido à pressão da desejabilidade social, à influência dos valores culturais nas aspirações parentais e, ainda à influência da idade fértil. Esses motivos colocariam dúvidas tanto na rede de apoio familiar como na rede de apoio social, sobre as capacidades parentais e os recursos cognitivos e emocionais de indivíduos trans, no exercício da parentalidade.

Em relação às limitações do presente estudo, a utilização de uma amostra de conveniência, com um número reduzido de participantes, limita a representatividade dos dados à população. Grande parte da amostra foi recolhida por meio de um questionário *online*, facto que pode ter beneficiado estes participantes, prejudicando os participantes que não tinham acesso a este meio. Realçamos ainda que, na amostra trans, este estudo foi divulgado com recurso a instituições que acompanham essas pessoas, em processos

de transição de género, o que pode ter originado um efeito de autosseleção dos participantes. Da mesma forma, a existência de participantes em diferentes fases da sua vida, bem como o desconhecimento do nosso estudo em perceber se os indivíduos já recorreram ao processo de afirmação de género e se já o fizeram, em que fase os mesmos se encontram, também pode ter influenciado as aspirações parentais dos mesmos. Por motivos éticos, o questionário permite que os participantes deixem questões por responder, suscitando a falta de respostas de alguns participantes em variáveis relevantes para o estudo, podendo influenciar os resultados obtidos.

No que diz respeito a investigações futuras, devem investir em estudos com amostras mais amplas. Seria interessante perceber em que fase do processo de afirmação de género é que os participantes se encontram, bem como explorar as diferenças entre os géneros masculino e feminino comparando as amostras cisgénero e transgénero também em função deste aspeto.

5. Conclusão

A presente pesquisa fornece informações relevantes para profissionais que trabalhem com pessoas trans, contribuindo para aprofundar conhecimento sobre os interesses parentais dos mesmos. Também permite perceber que as condições legais e sociais ainda não se refletem nas perceções parentais das pessoas trans, pese embora estas desejem e pretendam ter filhos tal como os seus congéneres cisgénero.

Referências Bibliograficas

Auer, M., Fuss, J., Nieder, T., Briken, P., Biedermann, S., Stalla, G., & Hildebrandt, T. (2018). Desire to have children among transgender people in Germany: A cross-sectional multi-center study. *Journal of Sexual Medicine*, 15, 757-767. http://doi.org/10.1016/j.jsxm.2018.03.083

Baiocco, R., & Laughi, F. (2013). Sexual orientation and the desires and intentions to become parents. *Journal of Family Studies*, 19(1), 90-98. http://doi.org/10.5172/jfs.2013.19.1.90

Belous, C. K., & Bauman, M. L. (2016). What's in a name? Exploring pansexuality online. *Journal of Bisexuality*. 17, 58-72. http://doi.org/10.1080/15299716.2016.1224212

Castro-Peraza, M. E., Garcia-Acosta, J. M., Delgado-Rodriguez, N., Sosa-Alvarez, M. I., Llabrés-Solé, R., Cardona-Llabrés, C., & Lorenzo-Rocha, N. D. (2019). Biological, psychological, social, and legal aspects of trans parenthood based on a real case – a literature review. *International Journal of Environmental Research and Public Health* 19: 925. http://doi.org/ijerph16060925

Cheung, A. S., Matson, M., Macapagal, K., Johnson, E. K., Rosoklija, I., Finlayson, C., Fisher, C. B., & Mustanski, B. (2020). Non-Binary and Binary Gender -identity in Australian Trans and Gender Diverse Individuals. *Archives of Sexual Behavior*. http://doi.org/10.1007/s10508-020-01689-9

CID-11 (2019). *Gender incongruence*. https://icd.who.int/browse11/l-m/en#/http%3a%2f%2fid.who.int%2ficd%2fentity%2f411470068

Coleman, E., Bockting, W., Botzer, M., Cohen-Kettenis, P., DeCuypere, G., & Feldman, J., et al. (2012). Standards of Care for the Health of Transsexual, Transgender, and Gender-Nonconforming People, Version 7, *International Journal of Transgenderism*, 13(4),165-232. http://doi.org/10.1080/15532739.2011.700873

De Sutter, P., Kira, K., Verschoor, A., & Hotimsky, A. (2002). The desire to have children and the preservation of fertility in transsexual women: A survey. *International Journal of Transgenderism*. 6(3), 1-12

Diário da República Eletrónico. (2020). Legislação. Lei nº38/2018. https://dre.pt/pesquisa/-/search/115933863/details/maximized

Downing, J. (2012). Transgender-parent families. *LGBT-Parent Families*, 105-115. http://doi.org/10.1007/978-1-4614-4556-2_7

Gato, J. (2014). *Homoparentalidade: Perspetivas Psicológicas*. Coimbra: Edições Almedina, S.A.

Gato, J., Leal, D., & Tasker, F. (2019). Parenting desires, parenting intentions, and anticipation of stigma upon parenthood among lesbian, bisexual, and heterosexual women in Portugal. *Journal of Lesbian Studies*. http://doi.org/10.1080/10894160.2019.1621733

Gato, J., Leal, D., Coimbra, S., & Tasker, F. (2020). Anticipating parenthood among lesbian, gay, bisexual, and heterosexual young adults without children in Portugal: Predictors and profiles. *Frontiers in Psychology*, 11:1058. http://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.01058

Guimarães, A. P. (2016). Combate à Discriminação em Função da Identidade ou Expressão de Género – O que se vai fazendo em Portugal. *Dimensões dos Direitos Humanos, Porto: Universidade Portucalense*. 335-348. http://hdl.handle.net/11328/1695

Hafford-Letchfield, T., Cocker, C., Rutter, D., Tinarwo, M., McCormack, K., & Manning, R. (2019). What do we know about transgender parenting?: Findings from a systematic review. *Health Soc. Care Community*, 27, 1111-1125. http://doi.org/10.1111/hsc.12759

Hines, S. (2006). Intimate transitions: Transgender practices of partnering and parenting. *Sociology*, 40, 353-371. http://doi.org/10.1177/0038038506062037

ILGA Portugal. (2008). *A Lei de Identidade de Género: Avaliação da Implementação e do Impacto da Lei Nº7/2011, de 15 de março*. https://ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/Folheto_Lei_Identidade_Gen.pdf

ISCTE – Instituto Universitários de Lisboa. (2016). *A Lei da Identidade de Género*: *Impactos e Desafios da Inovação Legal na Área do (Trans)Género*. https://ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/LIG/Relatorio_Resultados_projeto_EEA.pdf

Lawson, K. (2004). The development and psychometrics properties of the Perceptions of Parenting Inventory. *The Journal of Psychology*. 138(5), 433-455.

Leal, D., Gato, J., & Tasker, F. (2019). Prospective parenting: sexual identity and intercultural trajectories. *Culture, Health and Sexuality*. 21(7), 757-773. http://doi.org/10.1080/13691058.2018.1515987

Marinho, M. I. (2019). *Intenções Parentais, Vias para a Parentalidade e Experiências no Contexto de Saúde de Pessoas Trans*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto.

Marinho, M. I., Gato, J., & Coimbra, S. (2020). Parenthood intentions, pathways to parenthood, and experiences in the health services of trans people: an exploratory study in Portugal. *Sexuality Research and Social Policy*. http://doi.org/0.1007/s13178-020-00491-5

McGuire, J. K., Kuvalanka, K. A., Catalpa, J. M., & Toomey, R. B., 2016. Transfamily Theory: How the Presence of Trans* Family Members Informs Gender Development in Families. *Journal of Family Theory & Review*. 8, 60-73. http://doi.org/10.1111/jftr.12125

McNabb, C. (2018). *Nonbinary gender identities: History, Culture, Resources*. Rowman & Littlefield Publishers, US

Ministério Público. (2020). Legislação. Lei nº 7/2011. http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1308&tabela=leis

Nogueira, C., & Oliveira, J. (2010). *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género.* Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Obedin-Maliver, J., & Makadon, H.J. (2016). Transgender men and pregnancy. *Obstetric Medicine*. 9(1), 4-8. http://doi.org/10.1177/1753495X15612658

Ordem dos Psicólogos Portugueses [OPP]. (2020). *Linhas de orientação para a prática profissional no âmbito da intervenção psicológica com pessoas LGBTQ*.

Parlamento Europeu. (2013) Resolução do Parlamento Europeu, de 28 de setembro de 2011, sobre direitos humanos, orientação sexual e identidade de género nas Nações Unidas. https://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+P7-TA-2011-0427+0+DOC+XML+V0//PT

Reed, G. M., Drescher, J., Krueger, R. B., Atalla, E., Cochran, S. D., First, M. B., et al. (2016). Disorders related to sexuality and gender identity in the ICD-11: revising the ICD-10 classification based on current scientific evidence, best clinical practices, and human rights considerations. *World Psychiatry*. 15(3), 205-221. http://doi.org/10.1002/wps.20354

Riggs, D. W., Power, J. & von Doussa, H. (2016): Parenting and Australian trans and gender-diverse people: An exploratory survey. *International Journal of Transgenderism.* 0(0), 1-7. http://doi.org/10.1080/15532739.2016.1149539.

Riskind, R. G., & Patterson, C. J. (2010). Parenting Intentions and Desires Among Childless Lesbian, Gay, and Heterosexual Individuals. *Journal of Family Psychology*. 24(1), 78-21. http://doi.org/10.1037/a0017941

Riskind, R. G., & Tornello, S. L. (2017). Sexual Orientation and Future Parenthood in a 2011-2013 Nationally Representative United States Sample. *Journal of Family Psychology*. http://doi.org/10.1037/fam0000316

Saleiro, S. P. (2013). *Trans Géneros: Uma abordagem sociológica da diversidade de género.* (Tese de Doutoramento). Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

Santos, T. P., & Carvalho, G. M. (2019). Assexualidade: orientação ou disfunção sexual?. *Brazilian Journal of Health Review.* 2(4), 2709-2728. http://doi.org/10.34119/bjhrv2n4-042

Stotzer, R. L., Herman, J. L., & Hasenbush, A. (2014). *Transgender Parenting: A Review of Existing Research.* Los Angeles, CA: The Williams Institute.

Stuart, E. A. (2010). "Matching Methods for Causal Inference: A Review and a Look Forward." *Statistical Science: a Review Journal of the Institute of Mathematical Statistics* 28:1-13.

Tasker, F., & Gato, J. (2020). Gender Identity and Future Thinking About Parenthood: A Qualitative Analysis of Focus Group Data With Transgender and Non-binary People in the United Kingdom. *Frontiers in Psychology*. 11, 865. http://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.00865

Tornello, S. L., & Bos, H. (2017). Parenting Intentions Among Transgender Individuals. *LGBT Health I,* 4(2), 115-120. http://doi.org/10.1089/lgbt.2016.0153

Vieira, J. D. (2019). *Desejos, intenções e perceções parentais de indivíduos transgénero: um estudo exploratório.* (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto.

von Doussa, H. (2020) Transgender men and women parenting. *Outspoken Families*. Research Officer, The Bouverie Center, La Trobe University. http://jacquitomlins.com/wp-content/uploads/2015/02/research_transgender_men_and_women_and_parenting.pdf

von Doussa, H., Power, J., & Riggs, D. (2015). Imagining Parenthood: The possibilities and experiences of parenthood among transgender people. *Culture, Health e Sexuality,* 17(9), 1119-1131.

Wierckx, K., Van Caenegem, E., Pennings, G., Elaut, E., Dedecker, D., Van de Peer, F., Weyers, S., De Sutter, P., & T'Sjoen, G. (2012). Reproductive Wish in Transexual Men. *Human Reproduction*. 27, 483-487.

Winter, S., Diamond, M., Green, J., Karasic, D., Reed, T., Whittle, & Wylie, K. (2016). *Transgender people: health at the margins of society.* School of Public Health Sciences: Curtin University, Perth, WA, Australia. http://doi.org/10.1016/S0140-6736(16)00683-8